

Seção Estudos

RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL E A COMPOSIÇÃO DO NOVO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO BOLIVIANO

CULTURAL MEANINGS AND THE COMPOSITIONS OF THE NEW SCENARIO SOCIO-POLITICAL BOLIVIAN

Jórisa Danilla N. Aguiar²⁹

RESUMO

Na atual conjuntura econômico-social, praticamente todos os países do mundo estão inseridos na lógica capitalista/neoliberal. Dentre as características do sistema, destaca-se a imposição de uma cultura assimilacionista clássica, que impulsiona o mercado e o consumo, uma das formas de perpetuação das desigualdades sociais. A partir do reconhecimento da multiculturalidade e da representação de seus atores, o continente latino em sua atual reflexão, assiste, na Bolívia, a uma eminente revolução onde práticas culturais se transformam em atores políticos, culminando com a eleição (em 2005) do primeiro presidente indígena, Evo Morales, representante direto de mais de 60% da população. Assim, a questão cultural ultrapassa a defesa da língua, a ocupação do território e acesso ao patrimônio nacional, pois determina o novo cenário sociopolítico da Bolívia.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Práticas culturais; Atores políticos, Bolívia.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças acarretadas pelo processo da globalização aparecem em várias dimensões. De acordo com Seixas (2008), apresenta-se em sua decorrência um grande fracionamento dos poderes político, econômico, militar

²⁹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Economia Política Regional - UFCG, na modalidade especialização. jdanillaaguiar@hotmail.com

e também cultural, de forma dialética, de modo que os conflitos culturais tornam-se apenas um dos aspectos dessa dinâmica inerente ao processo.

Particularmente na América Latina, um mapa de diferenças e desigualdades vai-se configurando na interação das culturas entre si com os movimentos globalizados (SADER, 2006), que em processos de hibridação propiciam a convivência de grupos variados, dentro até mesmo de uma só etnia. A identidade indígena é uma constante reconstrução e resgate de elementos histórico-simbólicos aliados à busca de referenciais concretos, capazes de fazer sentido na realidade, como a defesa da produção da folha de coca, um costume milenar local. Estes e outros elementos – uma demanda de cunho cultural – encontram-se presentes na essência das reivindicações perante o cenário de exclusão social, que impulsionou mudanças na nova política dirigida aos povos indígenas da Bolívia, que representam mais de 60% da população, até então desprovidos de direitos que efetivamente lhes garantam a possibilidade de conviver em estado de igualdade com toda a população.

Experiências em continente latino, especialmente no caso boliviano, vêm abrindo novas questões teórico-políticas onde, além da tomada de poder, chama-se ao diálogo a implantação de um outro poder, a partir do reconhecimento da multiculturalidade e representação dos atores, pois, embora existam características comuns de exploração, segregação e colonização europeia no continente, a consolidação de cada nação ocorreu de forma diferenciada. Os processos de integração política e econômica são indissociáveis dos processos de integração cultural e, por isto, é importante identificar e compreender suas correlações, influências e confluências (CANCLINI, 2005).

2 NEOLIBERALISMO E EXCLUSÕES SOCIAIS

Muito embora o fim das ditaduras no continente tenha possibilitado algumas conquistas, tais como maior liberdade de expressão, eleições

regulares e certa participação política, estes “avanços” não se apresentam suficientes para encobrir que o problema da desigualdade social e econômica ainda necessita de solução.

Os atores sociais que buscam a modificação desse quadro, geralmente na forma de movimentos sociais reivindicativos, se assentam diante do conflito entre os processos globais e as identidades locais. Eles vêm aprofundando as possibilidades de o “bloco” latino-americano se apresentar como alternativa à hegemonia estadunidense no continente, aonde chegam ao poder líderes populares, com discursos e ações marcadamente de esquerda (Morales na Bolívia, Correa no Equador, Chaves na Venezuela, entre outros).

As mobilizações indígenas visualizadas no continente latino, a exemplo da guerra da água e do gás na Bolívia, a luta contra os programas de erradicação da folha de coca, buscam frear a exploração por parte de empresas multinacionais, e o reposicionamento de seus recursos naturais e culturais vêm demonstrando que os movimentos indígenas pretendem afirmar sua posição mediante as disputas internacionais. Estes movimentos defendem seus interesses e objetivos históricos em meio à complexidade do quadro neoliberal. Os bloqueios no altiplano, mais do que a motivação agrária, tinham uma raiz étnica e cultural (CÂMARA, 2005) de recuperação da identidade e, inclusive, de nacionalismo frente ao avassalamento e às restrições sofridas pelos indígenas, motivados pelo processo de exclusões sociais, situação agravada a partir da implementação de políticas neoliberais e de abertura do mercado.

O atual presidente, Evo Morales, herdou uma estrutura estatal corrupta, falida, quase sem presença nos departamentos mais distantes, onde as propostas de autonomia tinham por objetivo manter o domínio sobre as terras e os recursos naturais daqueles departamentos. Sob esse pano de fundo, se cumprem duas décadas de promessas neoliberais e a Bolívia está mais pobre e mais desigual. No campo, o número de trabalhadores assalariados diminuiu de 73 mil para 64 mil; as unidades de família que trabalham por conta própria – com economias basicamente de subsistência – passaram de 43 mil para 447

mil. Nas cidades, o chamado setor informal, composto por unidades domésticas, artesanais, com relações familiares e não assalariadas, cresceu de 60% a 68% do total da população ocupada. Assim, o número de pessoas que possuem contratos de trabalho diminuiu de 40% para 32% do total da força de trabalho. Há, também, os péssimos índices de distribuição de renda, superados negativamente pelo Brasil, onde os 20% mais ricos dispõem de uma renda 30 vezes maior do que os 20% mais pobres e, em relação à população, 60% vivem na pobreza no conjunto do país, mas esse índice chega a 90% nas áreas rurais.

O desemprego oficialmente registrado triplicou nos últimos 17 anos, desde que os planos de estabilização monetária começaram a ser aplicados. A mortalidade infantil é de 60 por mil nascidos vivos, enquanto a média do continente é de 28. A expectativa de vida ao nascer é de 63 anos, enquanto a média da América Latina e do Caribe é de 70 anos (SADER, 2006).

Foi em meio a essa debilidade do Estado, como reflexo de uma economia subdesenvolvida, demasiado dependente da ajuda externa e socialmente excludente, que se canalizaram descontentamentos e marginalização cultural para o fortalecimento das demandas etnoculturais em torno da questão da identidade e da participação política. Nessa conjuntura social, resgata-se a soberania popular e a capacidade do povo para legislar, nascendo no continente uma nova doutrina constitucional, fundamentada no poder constituinte originário dos povos, como uma proposta alternativa ao paradigma hegemônico sobre o processo de modernização, cidadania e resgate cultural.

No país, em análise, a afirmação de identidades culturais nasceu em contrapartida aos processos homogeneizantes. De acordo com Castells (1996), há então a visualização de uma “identidade de resistência”, que é

criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (CASTELLS, 1996, p. 24).

Indo de encontro à tendência de homogeneização cultural e política excludentes, vemos surgir na Bolívia uma possibilidade de superação da democracia meramente representativa e a implantação da democracia participativa – descrita dentro da percepção contra-hegemônica, segundo Santos (2002), como uma nova institucionalidade deste regime, incluída no processo de ampliações democráticas iniciadas nos países do Sul somente a partir dos anos 1990, consistindo em participações diferenciadas da população, em nível local – e também a descentralização, considerando aspectos locais, territoriais e culturais, elementos marcantes nos discursos políticos dos anos 1980 e 1990.

3 PRÁTICAS CULTURAIS E AS IMPLICAÇÕES NO PLANO POLÍTICO DA BOLÍVIA

No processo de colonização das Américas, toda a variedade dentro da modernidade ocidental foi desprezada, o que correspondeu à imposição de uma cultura assimilacionista clássica, na qual não há espaço para coletivos que figurem entre o cidadão e o Estado, segundo Souza Filho (2003), papel geralmente assumido por movimentos sociais.

No país, a história dos movimentos sociais se mistura à vida política, marcada por conflitos sociais e revoluções não pacíficas, assim como também se mistura aos partidos políticos que estiveram no poder, começando com o grande marco, que foi a revolução de 1952, uma revolução nacional popular onde Victor Paz Estenssoro assumiu a presidência com o apoio da grande massa. Nesta ocasião, apesar de vitorioso nas eleições de 1951, Estenssoro – do partido de esquerda MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) – foi impedido de assumir o poder, pois o então presidente Urriolagoitía realizou um autogolpe, pois as bases do partido de Estenssoro não agiam de acordo com os interesses do capital estrangeiro. Desde então, significativas mudanças ocorreram, envolvendo a oficialização do voto universal, a inserção de indígenas na vida econômica e política da sociedade, e também a criação de

organizações, como a COB (Central Operária Boliviana), um sindicato de trabalhadores, os Comitês Cívicos, que expressam as demandas de cada departamento e, por último, as Fejuves, que são as Federações de Juntas de Vizinhos, também responsáveis por mobilizações na Bolívia.

No período de 1959 até 1980, presenciou-se no país uma série de governos contraditórios, também marcados por golpes e corrupção. Nos anos 1980, um movimento chamado Katarismo reivindicava a revolução indigenista buscando maior inclusão social, porém, seus líderes (dentre eles o atual vice-presidente Álvaro Garcia Linera) foram presos acusados de terrorismo. Assim, se abrem demandas para novos movimentos que objetivavam inserções indígenas na política da Bolívia.

De modo mais ou menos geral, os indígenas na América Latina, cujas identidades se constituíram na valorização de formas simbólicas, assumiram sua forma de organização política atual em relação ao Estado e à sociedade ao longo das últimas quatro décadas do século XX, conseguindo em alguns países, até a década de 1990, que suas ações ganhassem impacto nacional, quando não internacional.

Não sendo um movimento isolado na América Latina, no Movimento Cocalero, novos setores da sociedade incorporaram questões étnicas com reivindicações sociais que se refletiram no plano econômico e político (URQUIDI, 2003). Camponeses e indígenas, em meio ao êxodo rural, à crise econômica e ao desemprego, buscaram na resistência do operariado mineiro e na sua história de luta social sua força motriz de mobilização e revolução.

O surgimento do Movimento Cocalero – os “*hijos de los mineros*” –, com campesinos e produtores da folha de coca, nasceu no contexto de um processo de organização dos campesinos e dos departamentos do *Chapare* e *dos Yungas*, que se deu entre as décadas de 1980 e 1990. É um movimento social nascido a partir de sua oposição às políticas de erradicação da folha de coca, que foram levadas a cabo no mesmo período (URQUIDI, 2003). Um dirigente de produtores de coca do vale do *El Chapare* (situada em uma região tropical), chamado Evo Morales, emerge neste contexto defendendo o cultivo

legal da folha de coca, se pondo em frente à erradicação forçosa e a outras políticas restritivas. Ele disputa primeiramente o parlamento nacional e começa a se transformar em uma das forças políticas mais importantes do país, que estará inserido em um novo contexto com o nome de “*Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos*” (IPSP) e se apresentará como candidato às eleições, vencidas apenas em 2005, através do registro do partido político MAS (*Movimiento Al Socialismo*). A eleição Morales só foi possível após anos de fortes mobilizações sociais, como um fato inédito, num país com quase 70% da população formada por indígenas, um *aymara* chegou à presidência. E pela primeira vez os grupos dominantes se viram fora do poder central.

O recém-aprovado texto constitucional reconhece, já em seu preâmbulo, a diversidade cultural boliviana: “povoamos a Mãe Terra com rostos diferentes e compreendemos desde então a pluralidade vigente de todas as coisas e nossa diversidade como seres e culturas” (LINERA, 2008). Além de primar pela legitimação do povo indígena, a nova constituição também aborda temas como a nacionalização sobre setores-chaves da economia – como o gás –, chama ao debate a unidade nacional, buscando também a união de departamentos. Avança ainda mais na promoção dos direitos desses povos, explicitando que indígenas são titulares de autonomia, autogoverno, território, cultura e instituições próprias.

Abre-se, portanto, ainda de acordo com o autor, o período mais importante da história boliviana, quando um líder indígena *aymara* assume – pela primeira vez – em 513 anos, desde a invasão dos territórios da América Latina e do Caribe pelos colonizadores, a presidência da Bolívia, assegurando resgatar a identidade e o direito de se governar por populações indígenas – *aymaras, quéchuas, guaranis* –, com que se identificam mais de 70% da população do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a sociedade capitalista como campo de interação, as identidades aparecem neste campo como “poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (CANCLINI, 2005), determinadas em vários momentos. Como aponta Thompson (1995), é preciso compreender as formas simbólicas e seus aspectos – sejam eles intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais – e o seu processo de valorização, pois os indivíduos envolvidos, enquanto atores sociais, na produção e recepção destes bens simbólicos estão, geralmente, conscientes de que eles podem ser submetidos a processos de valorização e, assim, podem empregar estratégias voltadas para o aumento ou a diminuição do valor simbólico.

O relacionamento de povos indígenas quéchuas e, mais efusivamente, dos aymaras com o território boliviano carrega uma notável carga simbólicareflexiva, como alusão a um passado glorioso, assim, mobilizam-se em torno da questão da identidade para propor novas formas de organização e exigir a inclusão social, diante do atual processo da desigualdade econômico-social nas sociedades latino-americanas. Dentre as mudanças contidas na Bolívia contemporânea, podemos observar a erradicação do analfabetismo, a busca real pela igualdade entre povos, culturas, sociedades e idiomas, pela nacionalização, pelo controle da economia e pela construção de um Estado sólido capaz de redistribuir suas riquezas. Nas últimas décadas, os movimentos sociais indígenas continentais recobriram uma vitalidade política indiscutível e, no caso abordado, acumularam uma capacidade política parlamentar e extraparlamentar que os transformou nas principais forças sociais de reivindicação perante o Estado, no entorno da governabilidade sociopolítica, de reformas institucionais, de maneira realmente democrática, consistindo em salvar a multiplicidade que pode existir em um determinado país.

As práticas culturais se transformam em fatores políticos, como se pode ver na Bolívia, onde movimentos sociais lutam pelo reconhecimento de seus grupos diferenciados e pelo ressignificado das práticas sociopolíticas e culturais (MOTA, 2007).

Com essas considerações, fica claro que estamos vendo a manifestação de forças culturais e de um novo modelo de análise política e crítica, ainda em andamento, onde, segundo Linera (2008), o grande objetivo é concluir pacífica e pactualmente as transformações do Estado, em linhas democráticas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CÂMARA, A. Marcelo. **Os movimentos sociais de base indígena e a construção de identidade sócio-territorial na Bolívia**. 2005. Disponível em www.nepec.com.br/camara_espaco_e_cultura_19-20.pdf

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LINERA, Álvaro Garcia. **No referendo, o sinal para a virada**. Discurso publicado pelo Diplô Brasil, 2008. Disponível em www.diplobrasil.com.br

MOTA, A. Cristina. **Para além da Política Cultural: movimentos sociais e as lutas por reconhecimento na América Latina**. 2007. Disponível em www.ufsc.org.br

SADER, E.; JINKINGS, I.; MARTINS, C. E.; NOBILE, R. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SANTOS, B. De Sousa; Avritzer, L. **Introdução: para ampliar o cânone democrático.** 2003. In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Boaventura de Sousa Santos, (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEIXAS, Renato. **Identidade Cultural da América Latina: Conflitos Culturais Globais e Mediação Simbólica.** 2008. Disponível em: www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_4.pdf

SOUZA FILHO, C. F. de Marés. **Multiculturalismo e Direitos Coletivos.** In: Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Boaventura de Sousa Santos, org. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 1995.

URQUIDI, Vívian F. D. **O Movimento Cocaleiro na Bolívia.** In: América Latina - encruzilhadas da História Contemporânea. OSVALDO C., (Org.) São Paulo: Xamã, 2003.